

NATUREZA E VIDA

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*

*Membro do Conselho Estadual de Cultura
do Estado do Rio de Janeiro*

O Conselho Estadual de Cultura tem tido um grande devotamento em preservar o ecossistema fluminense.

Não raro o Conselho aborda o tema, alongando-se na discussão de alternativas que impeçam eficazmente a depredação da nossa natureza. O Conselheiro Marcello Ipanema vem atuando, dentro e fora do plenário, com tenacidade incomum. E não tem hesitado em recorrer solitariamente ao Judiciário. O gesto pode parecer, a alguns pouco avisados, quixotesco. Mas, quem convive com ele sabe que é um testemunho de vida e um exemplo de cidadania, praticado com fé na causa. E é pena que não seja multiplicada a consciência que o colegiado cultural do nosso Estado tem revelado.

Sinto-me em casa ao tratar do assunto. Não faz muito tempo, quando era diretor-geral do IBGE o Professor Eurico Borba, preparei uma nota breve e preliminar dirigida ao Conselho Consultivo do Meio Ambiente, examinando o sistema de proteção aos mangues e estuários.

Escrevi, então, que tem sido objeto de grande preocupação em nossos tempos a conservação do equilíbrio ecológico. A partir dos relatórios do Clube de Roma, a consciência mundial foi despertada para estimular a manutenção das fontes naturais produtoras de alimentação. O dilema em síntese é proteger os recursos naturais ou perecer pela fome, com o incrível aumento dos contingentes populacionais subalimentados.

No caso brasileiro, verifica-se que existe em alguns setores responsáveis o sentimento da importância da questão. Mas, o tratamento dispensado padece, de um lado pela multiplicidade dos regulamentos existentes e de outro, pela absoluta falta de cumprimento dos mesmos,

seja pelo descaso dos seus aplicadores, seja pela falta de uma adequada estrutura de fiscalização.

Não sei até que ponto as coisas avançaram desde que apresentei, em agosto de 1978, algumas sugestões concretas. Mas, tenho para mim que quase nada evoluiu para melhor.

A elaboração de uma Lei Básica sobre Recursos Naturais, fixando explicitamente os mecanismos de proteção ao meio ambiente, não deve ser postergada por mais tempo.

Sugeri, em recente reunião do Conselho Estadual de Cultura, que fosse realizada uma ampla campanha sobre o assunto. Penso que a mobilização de toda a sociedade, envolvendo as lideranças comunitárias, poderia ensejar um novo alento.

O que se pretende não é, como pensam alguns poucos empedernidos, enterrar o progresso. É, muito ao contrário, fazê-lo mais humano na medida em que não agride a natureza. A proliferação das praias privativas, das construções nas encostas, do aterro das lagoas, do desmatamento indiscriminado, vai levar-nos a um verdadeiro caos. Se a marcha da destruição do ecossistema não for detida rapidamente, teremos em breve um colapso irreversível, do qual nos arrependemos amargamente

Com as nossas cidades devastadas pela falta de preservação do verde, vamos matando nosso ar, esmagando a nossa fonte primeira de bem estar social, que é o nosso meio ambiente. Por que não começar logo o que precisa ser feito?

Vamos nos dar as mãos para defender o verde, para abraçar a natureza. É a consciência da sociedade que poderá imprimir o cunho de urgência que o problema reclama. Afinal, a natureza é vida.